

HABEAS CORPUS Nº 519.721 - MG (2019/0193662-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MAURÍCIO ROCHA FONTOURA - MG000461D
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CLAUDIO CARVALHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIENTE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLÁUDIO CARVALHO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido na Apelação Criminal n.º 1.0016.18.003119-3/001.

Consta dos autos que o Paciente – segregado, ao que parece, desde 28/02/2019 (fls. 13-53) – foi condenado, em **26/07/2018**, às penas de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 800 (oitocentos) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 (fls. 185-192). Foi negado o apelo em liberdade.

Inconformado, o Condenado interpôs recurso de apelação. Em preliminar, suscitou a declaração de nulidade em razão da inobservância do art. 400 do Código de Processo Penal. O Colegiado de origem acolheu a preliminar de nulidade "*para anular o feito a partir da audiência de instrução e julgamento, determinando, conforme o disposto no art. 400 do Código de Processo Penal, que o interrogatório do acusado seja o último ato da instrução*" (fl. 255).

A Defesa opôs embargos declaratórios, sustentando que "*houve omissão no acórdão, pois decretou a nulidade da sentença e não determinou a soltura do acusado*" (fl. 267). Os aclaratórios foram rejeitados (fls. 266-270).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que o Paciente "*se encontra*

Superior Tribunal de Justiça

preso desde 28/02/2018, data da prisão em flagrante, o que caracteriza constrangimento ilegal, pois a custódia cautelar perdura por mais de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses, tempo superior ao considerado razoável para o encerramento da instrução do processo" (fl. 7).

Assevera que, *"anulada a sentença e, considerando o período da prisão cautelar, resta caracterizado o excesso de prazo, sendo necessário o relaxamento da prisão" (fl. 7).*

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia preventiva.

O pedido liminar foi indeferido pela Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente no exercício da Presidência (fls. 277-278).

Foram prestadas informações às fls. 280-300.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 306-307).

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em **24/10/2019**, foi prolatada nova sentença (após a realização de nova audiência de instrução e julgamento, conforme determinado pelo Tribunal de origem) que condenou o Paciente às penas de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 800 (oitocentos) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006. **Foi novamente negado o apelo em liberdade.**

Desse modo, está superada a alegação de excesso de prazo, nos termos do enunciado sumular n.º 52 desta Corte Superior, que dispõe: *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."*

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. FEITO QUE TEM TIDO

TRAMITAÇÃO REGULAR. NECESSIDADE DE OBSERVAR-SE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

V - Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes).

VI - Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado.

VII - Conforme informações contidas nos autos, bem como no sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem, verifica-se que na ação penal n. 0000377-12.2018.8.07.0020, já foi realizada audiência de instrução no dia 03/09/2018, e foi apresentada alegações finais pelo Ministério Público em 04/12/2018, encontrando-se conclusos para julgamento desde o dia 04/02/2019, o que faz superar, por ora, a alegação de excesso de prazo, conforme a Súmula 52 desta eg. Corte .

VIII - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Habeas Corpus não conhecido." (HC 482.873/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora